

Vícios nacionais, pequenos e grandes

MARCELO DE PAIVA ABREU*

Poucas coisas são tão primitivas quanto generalizações relativas a características nacionais. Preconceitos associam, sem nenhum pudor, atributos, em geral indesejáveis, a populações inteiras. Mas isto não quer dizer que seja impossível perceber características nacionais inusitadas quando comparadas à maioria dos outros países.

O grande bibliófilo brasileiro Rubens Borba de Moraes escreveu um capítulo delicioso sobre bibliografias em seu livro *O Bibliófilo Aprendiz*. Chamou a atenção para a tradição, até o século 18, de organizarem-se bibliografias com entradas pelo prenome, hábito que persistiu em Portugal, passando daí ao Brasil, e provoca grandes percalços aos estudiosos, perdidos em um mar de Antônios e Josés. Embora esse exotismo nacional tenha sido extirpado das bibliografias recentes, permanece firmemente arraigado nos usos do cotidiano.

Pensava-se que as listas telefônicas fossem exceção, mas, por inacreditável que possa parecer, a atual lista telefônica de Belo Horizonte, por exemplo, ordena os assinantes pelo prenome. É tão arraigada a tradição que apelos à racionalidade da ordenação por sobrenomes não parecem ter grande impacto. É como, na Inglaterra, comentar a mão de direção do lado esquerdo, ou a ausência, nos banheiros, de torneiras que misturem água quente e água fria. Em tempos em que os defensores do meio ambiente insistem na importância da defesa da biodiversidade, ou seja, da preservação do mais amplo leque possível de organismos vivos, seria talvez razoável ampliar o conceito das ciências biológicas para as ciências sociais e a cultura, defendendo a diversidade de peculiaridades nacionais, como o apego a prenomes, com os mesmos argumentos para defesa da variedade de queijos franceses ou de cervejas belgas.

Entretanto, existem vícios maiores que deixam de ser meras excentricidades coletivas e passam a influir de forma significativa no desenvolvimento de um país. No Brasil, a tradição de medidas discricionárias do Estado para estimular a economia está firmemente arraigada. Não há, em meio milênio de política econômica no País, paradigma liberal digno de nota. Monopólios estatais ou Estado ultra-regulador, políticas de manutenção de baixos níveis de remuneração da mão de obra, tarifas de importação proibitivas, subsídios seletivos às exportações: esses foram os pilares da política de desenvolvimento no País que tiveram sucesso até o final dos anos 70 e entraram em fadiga desde então.

As recentes marchas e contramarchas quanto à aprovação de emenda constitucional que permita a reeleição para cargos executivos sublinham algumas dessas características indesejáveis da vida política nacional. Mesmo porque indicam, no próprio governo, o enfraquecimento dos que defendem a realização de um programa reformista e a ruptura das seculares tradições clientelistas.

A vitória de outubro de 1994 era um mandato popular para que fosse exorcizada a inflação e, para que a estabilização fosse preservada, desmantelada parte substancial da herança cartorial. Havia o sentimento de que os segmentos mais fisiológicos da coalizão governamental estariam

finalmente dispostos a perder os anéis, defendendo a integridade dos dedos no longo prazo. Ao governo cabia, e cabe, o dever catequético de indicar o equilíbrio das contas do Estado e sublinhar o fim da discricionariedade como elemento central de sua atuação.

Mas a prática do governo não revelou grande compromisso com a ruptura da inércia estrutural que é essencial à consolidação de resultados do programa de estabilização. As contas públicas indicam deterioração em 1996, resultado da relutância do governo federal em estabelecer disciplina aos Estados e a si mesmo. Os espetaculares resultados alcançados na redução da inflação, ironicamente, permitiram que se organizassem, inclusive no próprio governo, interesses que lutam pela preservação do guichê como principal instrumento de política econômica, principalmente no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e no BNDES.

O sucesso de longo prazo do Plano Real requereria, mesmo em cenário em que se tivesse demonstrado mais disciplina nas contas públicas, horizonte temporal mais longo do que os quatro anos do atual mandato presidencial. Decorre desse reconhecimento o apoio à emenda constitucional por parte de segmentos reformistas da coalizão governamental. Já que se tomou impossível uma versão modernizada do pacto dos governadores de Campos Salles e não há nenhum Rodrigues Alves à solta, parece razoável que se assegure a continuidade requerida para o sucesso da estabilização e suas reformas complementares.

Mas, encerrado o frenético mercado persa que se instalou em Brasília, os que apoiam o presidente poderão legitimamente ter dúvidas quanto ao que terá sobrevivido do projeto original. Mais do que nunca os destinos do Brasil dependem da capacidade de negociação do presidente e, principalmente, do seu real compromisso com o abandono do modelo do Estado dadivoso. Talvez seja a hora de pedir socorro a Michel de Montaigne em seus *Ensaíos* (Livro II, capítulo 19): “Para honra de nossos reis, prefiro acreditar que, não tendo conseguido o que desejariam, fingiram desejar o que podiam”.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.